

Os Estudos Tupis na Universidade Federal da Bahia

O curso de Estudos Tupis não poderia excusar-se de prestar justa homenagem à Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da U.F.Ba, no trigésimo aniversário de sua fundação, atendendo assim ao apelo de suas históricas origens. Efetivamente, foi no Colégio dos Jesuítas, primeira instituição de ensino do Brasil, onde a partir de 1556, pontificaram os seus mestres da língua brasilica, aqueles abnegados codificadores do nosso falar nativo, de cujos ensinamentos somos hoje, com muita honra, modesto continuador.

Notável, ainda, que abriguemos agora, no próprio sítio outrora pertencente aos jesuítas, sob a égide do Departamento de Antropologia e Etnologia, o ensino da Etnolingüística Tupi, numa inequívoca demonstração do acendrado amor da nossa universidade às raízes étnicas, históricas, e lingüísticas do Brasil.

A fase primeira dos estudos tupis, que remonta, portanto, aos inícios do ensino jesuítico em nossa pátria, deu-nos excelente mestres, a exemplo de Antônio Rodrigues, Joseph de Anchieta, Azpilcueta Navarro, Gaspar Lourenço, Leonardo do Vale, além dos do-

cumentos básicos indispensáveis ao conhecimento da língua. Referimo-nos, sobretudo, ao dicionário dos jesuítas, autêntico repositório do vocabulário seiscentista, que se denomina *Vocabulário na Língua Brasileira*, e à *Gramática* mais usada na costa do Brasil, do Padre Joseph de Anchieta. Seguiram-se-lhes os textos religiosos e a forma final do *Catecismo* do Padre Araújo, bem assim a reformulação da *Gramática* de Anchieta pelo Padre Luís Figueira.

Provavelmente, outras fontes de informação referentes ao léxico, por não publicadas, extraviaram-se quando da expulsão dos inacianos da nossa terra, nos idos de 1759. A crescente diminuição dos índios tupis no litoral brasileiro, e a nefasta providência de Pombal, condicionaram o colapso dos estudos, tão brilhantemente desenvolvidos, observando-se, a partir de então, o início de nova fase desses trabalhos, por parte dos afeiçoados à lingüística indígena dos fins do século XVIII. A nova etapa ressentiu-se do valioso concurso dos documentos primevos, passando-se então a utilizar fontes de épocas posteriores, quando a língua já se tinha alterado pela ação de desagregadoras influências. São, naquela ocasião, compulsados os dicionários guaranis, ao lado do *Dicionário Português e Brasileiro*, que recolheu o linguajar do século XVII e a miscelânea composta por Gonçalves Dias, a que impropriamente denominou *Vocabulário Tupi*, daí resultando desnordeantes lições de lingüística indígena brasileira.

Era essa a situação em que infelizmente nos encontrávamos até que, finalmente, em 1933, “a iniciativa prematura” de São Paulo, que incluía o Tupi no currículo universitário, enceta nova fase desses estudos.

O pioneirismo paulista, se bem que passível de restrições, teve o grande mérito de despertar novo interesse por tais especulações, servindo sobretudo de exemplo a várias instituições de ensino universitário brasileiro, que criaram, a partir de então, cursos correlatos, com as mesmas finalidades da escola bandeirante.

Assim, por exemplo, na Bahia, graças ao vibrante idealismo de Isaias Alves, foi empossado na nascente Faculdade de Filosofia, no cargo de Professor Catedrático de Língua Tupi, o Prof. Frederico Grandchamp Edelweiss, aos 15 dias do mês de dezembro de 1942, o qual assumiu o exercício de suas funções, conforme certidão n.º 351, expedida pela Faculdade de Filosofia a 11 de abril de 1944. Começou, então, a funcionar, sob a sua responsabilidade, o curso de Etnografia do Brasil para a 2.ª série de Geografia e História.

A disciplina Língua Tupi passa a ser ministrada, a partir de 1946, sob a forma de curso livre, até que, em 1948, por força da reforma parcial do Regimento da Faculdade de Filosofia, vem a ser curso regular.

Da profícua e laboriosa atividade de Frederico Edelweiss, como mestre de Tupi, resultaram excelentes contribuições à bibliografia dos assuntos brasileiros, tão carente de eficientes especialistas, máxime no campo a que ele dedicou seus maiores esforços. Além dos trabalhos publicados em revistas nacionais, pronunciou várias conferências em nossos órgãos de cultura, tendo finalmente editado três livros dignos dos maiores encômios. Significam, sem dúvida, pela profundidade da investigação, pela cuidadosa pesquisa lingüística, antes de mais nada, uma valiosa contribuição sobre aspectos controvertidos da Gramática Tupi.

As três obras são a cristalização dos ensinamentos transmitidos durante vários anos, pelo que merecem especial referência.

O primeiro deles, cujo título é *Tupis e Guaranis — Estudos de Etnonímia e Lingüística*, publicado pelo Museu do Estado da Bahia em 1947, dissipa dúvidas a respeito do im procedente conceito, infelizmente bastante difundido, de que Tupi e Guarani se constituem num único idioma. Servindo-se de farto material histórico, que utiliza meticulosamente, define os limites políticos das duas nações irmãs, combatendo a inadequada denominação do curso paulista, então designado cadeira de Língua Tupi-Guarani, na sua opinião, “um cômodo aleijão genérico”.

A primeira parte do livro, que o autor considera “definitiva em seu arcabouço”, trata do desenvolvimento histórico dos gentílicos Tupi e Guarani, numa longa exposição desenvolvida nos capítulos: “Língua Brasílica e Língua Geral, os Tupis e a Língua Tupi, o Conceito político-geográfico dos termos Tupi e Guarani”. Por outro lado, a crítica das fontes históricas, onde são comentados os documentos originais de Schmidel, Villalta, Irala, Cabrera, Cabeza de Vaca, Diego Garcia, Anchieta, Staden, Pero Correa, etc., conclui pela procedência da informação: “no Paraguay, já no século dezessete, chamava-se “Tupi” à “língua mais usada na costa do Brasil”.

A segunda parte enseja-nos a oportunidade de verificar dois equívocos observados na fonética tupi, ressaltando-se as diferenças de forma correntes no tupi e no guarani, com oportunas observações críticas às lições de Batista Caetano, Barbosa Rodrigues, Theodoro Sampaio e Plínio Ayrosa. É oportuno fazer referência, ainda, à Bibliografia Crítica, onde são comentadas as obras consultadas. Por fim, as conclusões de *Tupis e Guaranis* são eficientes lições que esclarecem, em definitivo, as vacilações sobre o assunto, já que elaboradas por autor de irretrucável argumentação.

A publicação que se segue, e que vem a lume em 1958, intitula-se: *O Caráter da Segunda Conjugação Tupi*, editada pela Universidade Federal da Bahia. Trata-se de um excelente trabalho, que

teve inclusive o mérito de esclarecer as dúvidas até então existentes sobre o complexo problema da distinção entre nomes e verbos, ambos conjugados.

Ao tratarmos a obra em apreço, não seria razoável omitir a quem foi dedicada e com elevada justiça: "A Universidade da Bahia e a Isaías Alves, ao qual devemos o nela se cultivarem as nossas humildes raízes tupis, que mais do que a fera conquista, nos legaram o lúdimo direito à posse da nossa terra".

A afirmativa significa o compromisso da Universidade da Bahia de: "manter o fogo sagrado dos estudos tupis na Bahia".

Não importa que sejamos dos raros a cuidar dessas investigações. A lealdade que a elas dedicamos é prova do elevado amor aos primeiros anos de nossa história e à continuidade da escola baiana, que teve o grande ensejo de abrigar em seus quadros, no Brasil contemporâneo, a maior autoridade em Tupi Antigo.

Ainda acerca do trabalho a que ora nos referimos, não seria demasiado lembrar que se trata da mais substanciosa obra de Edelweiss. Nela, tem oportunidade de dirimir todas as dúvidas sobre o árduo problema, que se constituiu, não há negar, empresa das mais difíceis, para não dizer até então jamais solucionada pelos estudiosos que o antecederam, a exemplo de Anchieta, Figueira, Montoya, Restivo, Batista Caetano, Adam, Bottignolli, Rescalde, Saguier, Guasch, Frei Giannecchini, Hoeller. O fato de ter caracterizado, de maneira transparente, o verdadeiro caráter da segunda conjugação tupi, a partir da compreensão do fenômeno em outras línguas indígenas, como no cariri nordestino, destaca de modo definitivo sua brilhante atuação no cenário lingüístico nacional.

Ainda valem referidas, como notável contribuição aos estudos tupis, suas notas e comentários ao consagrado trabalho de Theodoro Sampaio: *O Tupi na Geografia Nacional*, edição comemorativa do primeiro centenário de nascimento do autor, publicado pela Câmara Municipal do Salvador. Embora não fossem mais desenvolvidas, em decorrência da exigüidade de tempo para a sua elaboração, constituem-se, sem sombra de dúvida, em oportunos esclarecimentos sobre a matéria exposta pelo eminente baiano. Ainda no prefácio da referida publicação, lembra Edelweiss sua condição de professor universitário, quando diz: "Insistimos nessa nomenclatura discriminante, porque agora, com a inclusão do Tupi em nossos estudos universitários, já é tempo de por à margem os cómodos genéricos, refúgio de amadores ocasionais, para situar, tanto quanto possível, toda forma dialetal em seu justo lugar e individualizar cada ramo de um tronco lingüístico com denominação privativa".

Finalmente, o último livro publicado: *Estudos Tupis e Tupi-*

Guaranis, pela Livraria Brasileira Editora, em 1969, reafirma a "alma de historiador e o mesmo analista rigoroso de trabalhos anteriores" (1).

Reunindo respeitável seleção de estudos relacionados ao tupi clássico, queremos ressaltar a intenção do autor em pugnar pela manutenção dos cursos de Tupi no ensino universitário. Como se não lhe bastasse a reconhecida autoridade, recorre, ainda uma vez, às nossas históricas origens, a fim de justificar a procedência de seus argumentos.

O primeiro capítulo, que se intitula "O ensino do Tupi e do Português, nas missões do Brasil, segundo os documentos jesuíticos e a palavra de Pombal", dá-nos conta de onipresente ação educadora jesuítica nos tempos do Brasil-Colônia. Por outro lado, as conclusões deste capítulo, constantes à página 36, arrematam idéias desenvolvidas no texto em questão, para finalmente assegurar-nos de modo categórico: "Nos primeiros séculos a língua tupi foi muito mais importante que a portuguesa".

No capítulo II, intitulado "Idéias errôneas a respeito do Tupi e da finalidade de seu ensino universitário", é evidente a preocupação do verdadeiro chefe de escola, empenhado em profligar desarrazoadas assertivas lançadas pelo eminente lingüista J. Mattoso Câmara Junior, no capítulo VI do seu livro: *Introdução ao Estudo das Línguas Indígenas Brasileiras*. Usando sólida argumentação arimada em documentos históricos originais, reafirma a exatidão de suas idéias em defesa da Tupinologia. Evidencia, por outro lado, a superficialidade com que são tratados certos assuntos, por parte daqueles que não têm senão inadequadas informações sobre a língua brasileira.

O capítulo terceiro se propõe a comentar as razões que justificam a inclusão do Tupi no currículo universitário: "Comentário em torno da iniciativa paulista". Analisando erros e acertos da então Cátedra de Língua Tupi-Guarani da Universidade de São Paulo, expõe sua opinião em tom sincero, apelando mais uma vez pela permanência desses estudos nos cursos universitários. Considera-os tão importante para os que versam assuntos brasileiros, quanto o grego e o latim para os estudos clássicos. Acentua, por sua vez, que noções de língua tupi devem servir de base àqueles que se vão dedicar à Lingüística Indígena Brasileira, para efeito de estudos comparativos.

A segunda parte do livro enfeixa vários capítulos de interesse geral, a começar pelo primeiro, de título sugestivo: "Em lingüística, tupinambá não é sinônimo de tupi". Evidenciando a descabida generalização do gentílico tupinambá no domínio da lingüística, combate essa denominação em substituição ao genérico Tupi.

Depois de enumerar as diferenças dialetais encontradas no Vo-

cabulário na Lingua Brasílica, passa a apresentar lista comparativa geral, onde arrolou uma série de palavras colhidas naquele vocabulário e nos textos consagrados de Lery, Thevet, Abbeville e Yves D'Evreux, além da relação de palavras paroxítonas no tupi e no tupinambá, com tradução para o português e palavras paroxítonas em tupi e oxítonas nos dialetos tupinambás, estendendo-se ainda em considerações sobre formas divergentes no próprio tupinambá, para finalmente concluir: "Por lingua brasílica ou tupi compreende-se tão só o dialeto unificado dos compêndios jesuíticos, geralmente sem especificação das divergências locais. No tupinambá, ao contrário, houve três dialetos distintos, dos quais conhecemos certas peculiaridades apenas de dois: do guanabario e do maranhense. Do terceiro, do baiano, muitas formas devem ter sido aproveitadas no tupi, mas essas não poderíamos determinar, senão em parte, por questionáveis deduções".

Outro estudo a destacar é: "O dialeto brasileiro — considerações preliminares". Usando a expressão *brasiliano* para designar a língua-geral do Maranhão e Pará do século XVII, detém-se em minucioso exame do mesmo, trazendo, assim, seguras informações sobre a momentosa questão.

O texto *O Vocabulário Português Brasílico* é outra valiosa análise, que elucida imprecisas comunicações a respeito de documentos lingüísticos postos a nosso alcance, a exemplo do *Vocabulário Português-Brasílico*, que Edelweiss rotula: "Um elo valioso nos estudos da Gramática Histórica Tupi, que se situa entre o tupi original dos primeiros jesuítas e o dialeto do Português-Brasílico, com seu legítimo reverso da *Poranduba Maranhense*. Ainda uma vez procura demonstrar a falta de rigor com que foram abordados certos temas, por parte de especialistas brasileiros, autores de imprecisas restaurações lingüísticas".

A página 123, quando trata do *Dicionário Português-Brasílico e Brasileiro Português*, volta a fazer procedentes reflexões sobre indefensáveis conceitos emanados da Escola Paulista.

Justifica-os como frutos de notícias incompletas sobre o assunto, ocorrentes na época em que foram tratados. A nota B, do mesmo artigo, trata do *Dicionário Brasileiro-Português*, onde são postas em foco errôneas informações até hoje perfilhadas pelos que não conseguem penetrar no âmago dessas questões. Também a página 134 — "*O Caderno da Língua*, de Frei João de Arronches, encontramos o crítico substancioso e fluente, que desfaz incertezas de certas publicações". O mesmo podemos dizer de referência a: *Três Códices Brasileiros da Universidade de Coimbra* — A doutrina cristã em língua irregular e vulgar do Padre Bettendorf. Estabelecendo confronto entre dois textos que classifica: "da mesma autoridade",

conclui por afirmar que um deles representa: "O falar uniformizado do povo mestiço e alógeno". Analisando o *Catecismo* do Padre Araújo, na parte referente à criação do primeiro homem, e comparando-a ao mesmo texto na doutrina em Língua Geral Vulgar do Padre Bettendorf, afirma ser esta última, composta em linguajar bastante diferente da construção do Tupi antigo.

Outras notas esclarecedoras acerca de velhos documentos constituem o estudo: O exame do Códice 69, a *gramática da Língua Geral do Brasil*, São, sem sombra de dúvida, lúcidas observações sobre a copiosa língua, o mesmo se observando com o *Estudo do Códice 81*, ou seja o Dicionário da Língua Geral do Brasil, bem assim a análise do resumo cronolingüístico dos compêndios brasileiros.

Ainda ao VII capítulo da segunda parte do livro em apreço, encontramos o mesmo cuidado no tratamento de assuntos de difícil caracterização, tão a gosto do autor, que se compraz em solucionar intrincados problemas etimológicos e gramaticais. Fazemos referência às exegeses: "O anil no Brasil" e "O Termo Xeringa". Esmerase, ainda, em estudos sobre: "O termo Nheengatu" e "O dialeto Nheengatu", duas concludentes lições sobre o moderno dialeto amazônico.

A terceira parte da obra congrega cinco condensadas apreciações sobre aspectos da gramática tupi. São apreciáveis esclarecimentos a respeito dos mistérios da língua. O primeiro artigo é uma resenha comparativa onde são registradas diferenças observáveis em palavras coligidas no *Vocabulário na Língua Brasileira* (V.L.B.), no *Vocabulário Português Brasileiro* (V.P.B.), no *Dicionário Português Brasileiro* (D.P.B.), com seu reverso original na *Poranduba Maranhense* (P.N.), inferindo-se do contexto evidentes diferenças entre o tupi setentrional registrado pelo D.P.B., seu equivalente legitimamente tupi (V.L.B.) e o dialeto tupinambá do Maranhão.

Prudentes comentários, à página 235, investigam curiosos aspectos da gramática indígena, a saber: a origem do adjetivo tupi, o infinito tupi e a desinência dos nomes e verbos paroxítonos tupis.

O capítulo terceiro da parte final da obra trata do sufixo verbal *aba* que Edelweiss também estuda em outros dialetos tupis, a exemplo do Brasileiro e Guarani, enquanto o capítulo IV é dedicado ao sufixo tupi *Süera* e seus correspondente no brasileiro e em outros dialetos da grande família tupi-guarani, como o chiriguano, o sirionó e o moderno nheengatu. Sua explanação límpida e concisa sobre o sufixo tradutor da vontade, do desejo, do pendor e da mania, conclui por seu desenvolvimento uniforme, reconhecendo-o livre de interferências lingüísticas estranhas.

O estudo do sufixo agente *Ara, Sara* nas línguas tupi-guara-

nis constitui-se em magnífica oportunidade de comparar o tupi clássico de Anchieta e Figueira, com o brasileiro do D.P.B. e da *Poranduba Maranhense*, além dos documentos guaranis antigos.

O último tema analisado é a negação brasileira *Nitio/ "não"*, posta em confronto com as negativas tupis, outra exuberante demonstração de conhecimento da língua.

É oportuno destacar, ainda, a riqueza de informações contidas nas notas de pé de página, bem assim o índice bibliográfico, que muito enriqueceram a obra.

Finalmente, a trajetória do mestre Edelweiss na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia constituiu-se em intensa atividade, que desenvolveu com invulgar desvelo e extremada solicitude, não só no exercício das funções docente, como nas atividades de pesquisador apaixonado pelo eufônico idioma nativo.

O curso nascido sob douda orientação, foi por ele ministrado até maio de 1963, quando a aposentadoria compulsória o afastou das responsabilidades do ensino.

Naquela oportunidade, assumimos a direção da cadeira, a que já tínhamos prestado modesta colaboração quando dos impedimentos do titular.

Ao traçarmos o esboço histórico da nossa disciplina, torna-se necessário uma referência às suas várias etapas docentes. Lembraríamos que um curso livre para alunos de Geografia e História se iniciou em 1946, terminando no ano seguinte. Seu ensino tornou-se obrigatório em 1948, permanecendo nessa situação mesmo quando da separação dos cursos, conforme parecer da egrégia Comissão de Legislação, Recursos e de Ensino, aprovada em 10 de dezembro de 1958. A partir de 1965, foi lecionada exclusivamente a alunos do curso de Geografia, num único semestre, em complementação à Etnografia do Brasil, passando a denominar-se, em 1965-66, Curso de Língua e Toponímia Tupi.

Em 1968, em decorrência de grave crise estudantil, foi discutida a sua permanência em caráter compulsório. Nossa opinião, emitida ao Departamento de Geografia, estava sintetizada nas seguintes palavras: "Se impossível preservar o ensino em nossa Escola de uma das expressões lingüísticas dos nossos aborígenes, que é por assim dizer, uma das expressões que mais contribuíram para a formação da "Língua Brasileira", defenda junto ao Egrégio Conselho Departamental, a sua manutenção como matéria eletiva, cujo ensino ficará condicionado à escolha daqueles que o desejaram" (2).

A proposta apresentada ao Departamento de Geografia, em 17 de maio de 1968, seguiu os trâmites legais, entrando posteriormente em vigor. Em 1971, por sugestão nossa, a opção para a disciplina a que ora nos referimos, foi oferecida a todos os alunos que por ela

se interessassem. Na decorrência desta decisão, foram abertas 60 vagas, muito embora a Universidade aceitasse a inscrição de 63 estudantes, em virtude de interesse suscitado. No primeiro semestre deste ano (1972), a grande demanda não se repetiu, na dependência de algumas dificuldades, entre elas a de ter sido sugerida exclusivamente aos alunos de História e Museologia.

Em agosto de 72, limitamos, por conveniência didática, o número de vagas para 40 alunos das áreas III e IV, inscrevendo-se 32 candidatos.

Esperamos confiantes, não faltarão espíritos interessados no cultivo da nossa belíssima língua nativa, peça fundamental para a integral compreensão da Cultura Brasileira.

CONSUELO PONDE DE SENA

¹ Afirmativa do Pe. Lemos Barbosa na apresentação da obra de Edelweiss, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro, Liv. Brasileira, 1969.

² Trecho de documento apresentado pela Prof.^a Consuelo Pondé de Sena ao Departamento de Geografia.